

Parecer / COLICIT nº 06/2021

Assunto: Parecer da Coordenadoria de Licitações sobre o recurso interposto pela empresa VIGITEC ao pregão eletrônico nº 34/2021.

I. DA MOTIVAÇÃO

A VIGITEC – Segurança Ltda, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de Canos / Rio Grande do Sul, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.144.992/0001-19 vem por meio de seu representante legal expor razões de seu recurso e **requerir desclassificação da empresa ARSENAL, vencedora do Pregão Eletrônico nº 34/2021.**

II. DA SÍNTESE DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE:

A recorrente argumenta conforme síntese abaixo:

Dos fatos:

...

Conforme demonstraremos a seguir, a documentação de habilitação **(da empresa ARSENAL)** não atende o escopo estabelecido no Edital. Em especial, o destaque para a qualificação técnica, das cláusulas: 5.11, 9.11.1, 9.11.1.4, 9.12.3, 9.12.4 e 9.12.5.

1) Da não apresentação da declaração do item 5.11

A licitante (...) não apresentou a declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, prevista no item 5.11 do Edital.

...

2) Da qualificação técnica e Atestados Apresentados

O objeto da presente licitação prevê o serviço de vigilância física e eletrônica. Para a execução dos serviços de vigilância eletrônica, com instalação, configuração, projeto e manutenção de equipamentos, é necessário por parte das licitantes qualificação técnica específica. Diante disso, o edital estabeleceu através do item 9.11 inúmeros requisitos que a empresa para participar do certame deveriam possuir.

...

9.11 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecidos(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Ao compulsar a documentação apresentada pela licitante ARSENAL, os atestados referentes a prestação do serviço de vigilância eletrônica encontram-se nas páginas 41 e 42. Porém, não cumprem exigência de qualificação, qual seja, características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, isso porque, não apresentam o quantitativo de equipamentos, as características dos serviços não estão descritas e os prazos não condizem com o objeto licitados.

...

9.11.1.4 Deverá haver comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação do serviço, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

Note que os atestados apresentados não possuem registro no CREA-RS e não estavam abrangidos pelo responsável técnico da licitante ARSENAL, isso porque, o dito profissional

ingressou na empresa em 27/10/2021, conforme documentação de habilitação, certidão da página 43.

9.12.3 Para o responsável técnico: Atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado no CREA, comprovando estar apto ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 dezembro de 1966.

(....) a documentação apresentada de atestado de capacidade técnica pela licitante ARSENAL não tem validade de atestado. Conforme se observa na página 46, canto superior direito do documento diz: "CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO". Além disso, página 48, parte inferior esquerda do documento diz: "Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pela contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1993".

...
Realizamos consulta junto ao CREA-RS sobre os documentos apresentados e a resposta obtida foi a seguinte:

De: Eng. Sandro Schneider
Para: Operacional VIGITEC
Assunto: Re: Solicitação de esclarecimentos – CAT E ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(...) Em relação aos seus questionamentos, assim informamos:

1. Os atestados anexo (Empresa ARSENAL SEGURANÇA possuem registro no CREA-RS?

Resposta: Não, os atestados constantes no Anexo I não estão registrados no CREA-RS.

Para que um atestado esteja registrado no CREA-RS é necessário ter selo de segurança em todas as suas páginas e estar vinculado à CAT com registro de atestado. Em anexo, envio as formas que o CREA-RS registra atestados ao longo do tempo, para o seu conhecimento.

2. Caso possua(m) registro(s), estão vinculados a algum profissional?

Resposta: Não estão registrados no CREA-RS

1. A CAT nº 1912408 (Eng. Eliezer Knob – 160199) possui registro de Atestado validado pelo CREA/RN?

Resposta: A CAT nº 1912408 do Eng. Eletricista ELIEZER KNOB DE SOUZA é do tipo "sem registro de atestado", ou seja, é uma certidão das ARTs baixadas por conclusão do profissional. Somente "CAT com registro de atestado" possui atestado de capacidade técnica vinculada à CAT.

Atenciosamente,
Eng. Sandro Schneider
Gerência de protocolo e Acervo Técnico

Caso reste alguma dúvida a respeito da documentação apresentada pela empresa ARSENAL, solicitamos que o pregoeiro diligencie ao CREA-RS a fim de confirmar a argumentação trazida da recorrente.

O edital no item 9.12.4 estabelece que a licitante deve disponibilizar toda documentação para comprovar a legitimidade de seus atestados.

...

Assim, por não apresentar a documentação de habilitação conforme estabelece o Edital a empresa ARSENAL deve ser inabilitada e desclassificada do certame(...).

3) Histórico Recente IFSUL Venâncio Aires:

Importante relembra a comissão de licitações o histórico recente de contratação de empresas para prestação do serviço de vigilância física e eletrônica, ocorridos na licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2020 processo nº 23356.000077.2020-15 na qual a empresa que se sagrou vencedora não cumpriu com o estabelecido no contrato. Causando mora na contratação dos serviços, bem como, onerando a administração pública. Pois, aquela comissão de licitações habilitou, adjudicou e firmou contrato com empresa sem os requisitos mínimos exigidos no Edital para execução do objeto.

Logo, nosso recurso, visa evitar que ocorra o mesmo no presente caso. Devendo ser resguardado (...) os princípios que norteiam a Administração Pública e as licitações, evitando com isso danos ao erário.

4) Do direito:

...

No caso em tela, deve ser observado pelo pregoeiro o princípio da isonomia, respeitando as licitantes que cumpriram com os requisitos de qualificação técnica previstos em Edital. A própria jurisprudência menciona o princípio citado:

"O edital fixa as regras do certame. Define as condições em que se estabelece o relacionamento entre a Administração e os Concorrentes. (...) O processo licitatório, além dos princípios (...) rege-se pelo princípio da vinculação ao Edital. Ele faz regra entre as partes." (TJSP – AC nº 296.2017.5/4-00 rel. Des. Evaristo dos Santos j. de 08.09.2008).

...

Logo, há amparo no edital e na legislação para o pleito formulado pela empresa VIGITEC – Segurança Ltda. no presente recurso. Devido ser aceito e provido o presente recurso para que ocorra a inabilitação da empresa ARSENAL do presente certame por não atender os requisitos básicos de qualificação técnica.

FACE AO EXPOSTO, requer o provimento do presente recurso, com efeito, para que:

a) Seja desclassificada e inabilitada a empresa ARSENAL Segurança Privada Ltda por não atender as exigências do edital, sendo os documentos de capacitação técnica apresentados em desconformidade com o edital pois não tem força de atestado conforme demonstrado no decorrer do recurso;

b) Caso não seja mantida a desclassificação da licitante ARSENAL, requer ainda, que ocorra apreciação do presente recurso pela Autoridade Superior, juntamente com manifestação do CREA-RS acerca dos questionamentos sobre os atestados e Acervo Técnico;

III. DA CONTRARRAZÃO

A empresa ARSENAL Segurança Privada Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.533.299/0001-01, sito na rua Santa Cruz, 238, na cidade de Canoas/RS, por seu representante Legal, vem à presença do pregoeiro designado, apresentar suas contrarrrazões.

Conforme síntese abaixo, alega a recorrida que:

Fundamentos de Fato:

Inicialmente cumpre destacar que ao contrário do que sustenta a recorrente, a Empresa Arsenal participou do certame cumprindo todos os requisitos de habilitação, possuindo inclusive, total capacidade financeira e técnica para a execução do objeto. Além disso, foi declarada vencedora, apresentando o menor preço dentre os licitantes, cumprindo assim o objetivo fundamental da licitação: a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vejamos o que ensina o art. 11 da Lei 14.133.2021, aplicada subsidiariamente à modalidade pregão:

Art. 11 O processo licitatório tem por objetivos:

I – Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

...

1) Da alegação de não apresentação da declaração do item 5.11:

Em que pese a recorrente sustente que não houve essa declaração, impende destacar que, quando do cadastro no sistema do site "Comprasnet", existem campos específicos os quais têm que ser selecionados sob pena de impossibilidade de finalização do cadastro da proposta em questão e do prosseguimento como concorrente no certame. Destacamos também que o pregoeiro via chat no dia 01/12/2021 às 14:03:24 questionou se a Arsenal teria a capacidade financeira de arcar com os valores, e via chat a Arsenal respondeu que tem a capacidade financeira e operacional com as expertises necessárias para executar o contrato. Não bastasse isso, importante lembrar que constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal prestar declaração falsa. Além disso, o simples fato de participar de um certame com a complexidade de objeto como o aqui discutido gera a presunção de que a recorrida tomou ciência de todas as regras e obrigações previstas no edital. Assim, infundada a objeção quanto a este ponto.

2) Da qualificação técnica e atestados apresentados:

a) Item 9.11 – "Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com item pertinente, mediante a prestação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado." - É notório que a empresa Arsenal, empresa de pequeno/médio porte, com clientes espalhados por todo o estado do RS, possui capacidade e qualidade em seus serviços. A irresignação da recorrente apenas aponta e corrobora o aqui discutido, uma vez que indica, em seu recurso, as páginas exatas dos atestados compatíveis com o objeto da licitação. Razão não lhe assiste ao alegar que a recorrida não cumpre os requisitos impostos, inclusive, caso o pregoeiro entenda pertinente, poderá diligenciar perante as empresas emissoras dos atestados a fim de comprovar o aqui afirmado.

b) Item 9.11.1.4 – "Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 3 anos na prestação de serviço sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos conforme o item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017. - Tal fundamento também não merece prosperar. Isto porque os atestados possuem prazo superior a três anos, bastando verificar os atestados anexados pela ARSENAL. No mais, a recorrente não logrou êxito em comprovar que os referidos atestados não atendem aos requisitos expostos.

Outrossim, o fato do responsável técnico e engenheiro eletricista Sr. Eliézer Knob de Souza - registro CREA-RS nº 160199 - ter sido registrado em 27/10/2021 não impede que a empresa recorrida tenha outro responsável técnico em período pretérito, fato este que também pode ser comprovado por diligência a ser realizada pelo pregoeiro, caso assim entenda. Ainda para corroborar estamos enviando em arquivo por e-mail – if-colicit@ifsul.cedu.br – o contrato anterior que a ARSENAL possuía com o Eng. Eliézer, porque o CREA-RS solicitou a troca da Cláusula Segunda aonde o contrato anterior e registrado na data de 29/09/2020 com validade 31/03/2022 redigia "A vigência é por prazo determinado" e conforme solicitação do CREA-RS no novo contrato e na mesma cláusula descreve "A vigência é por prazo indeterminado".

c) Item 9.12.3 – "Para o responsável técnico: atestados de responsabilidade técnica, registrado no CREA/RS comprovando estar apto ao desempenho das atividades compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59 da Lei nº 5194 de dezembro de 1966" – Tal item, por sua vez, também não merece prosperar, pois conforme estabelece o Edital convocatório, a recorrida apresentou a documentação que comprova: I) estar registrada junto ao CREA/RS; II) atestados de capacidade técnica ; III) profissional responsável técnico com registro no CREA/RS; IV) CAT emitidas pelo CREA/RS; V) ART emitidas pelo CREA/RS; VI) acervo do responsável técnico registrados no

CREA/RS. Por óbvio que para possuir vasta qualificação técnica, com documentação registrada junto ao CREA/RS, a empresa ARSENAL está apta para a execução do objeto contratual. Sendo o recurso com o objetivo único e exclusivo de tumultuar o certame e protelar a adjudicação e o início da execução do serviço. Tanto que a recorrente demonstra que a ARSENAL anexou a documentação solicitada e na busca de tumultuar o certame, (alega) que a documentação apresentada "não tem validade", porém toda documentação solicitada desde o item 9.11 – Qualificação técnica, está anexada conforme é solicitado em cada item descrito. Destacamos, mais uma vez, que o preço ofertado pela recorrente é muito superior ao apresentado pela recorrida, fato este que por si só rechaça qualquer fato que possa vir a ser alegado neste sentido. Também reforçamos que a ARSENAL cumpre todos os requisitos conforme pede o descrito no edital no item 9.12.3: conforme (grifo nosso) artigo 59, da Lei nº 5194 de dezembro de 1966". (...).

(...) o e-mail anexado ao recurso é manifestamente unilateral e facilmente manipulável, com perguntas direcionadas/diretas e inseridas fora do contexto do Edital convocatório. O correto caso a recorrente pretendesse questionar a documentação apresentada deveria instigar o pregoeiro para que o fizesse, consoante determina legislação vigente. Acrescente-se a isso que a empresa ARSENAL através de seu representante legal Sr. Demóstenes Muller foi até o CREA-RS no dia 08/12/2021, foi atendida pelo Sr. Marcelo da Silva e Silva, a fim de elucidar o ocorrido, oportunidade na qual foi informada que possui plena capacidade para execução do objeto do edital nº 34/2021 e que sua documentação atende aos requisitos e itens descritos, solicitados e previstos no edital. Foi informado que os contrapontos descritos pela recorrente não merecem prosperar pois o que se pede no edital, aqui já mencionado, a Lei deste certame, a ARSENAL anexou corretamente o que foi solicitado. Diante do exposto, caso seja o entendimento do pregoeiro, este deve diligenciar ao CREA/RS para que tire suas próprias conclusões.

d) Item 9.12.4 – "As licitantes, quando solicitadas deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação e as correspondentes certidões de acervo técnico CAT, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia." Quanto a este ponto, repisa-se que todos os documentos foram devidamente anexados ao sistema e estão disponíveis para consulta, não merecendo prosperar os argumentos rasos da recorrente.

3) Histórico recente do IFSul Venâncio Aires – Sustenta a recorrente ter ocorrido descumprimento contratual por empresa alheia, sequer participante do debate aqui exposto, apenas para trazer a tona o histórico do órgão licitante. Todavia, é prerrogativa da Administração Pública rescindir contratos não cumpridos, conforme previsão contratual e legal, o que não necessariamente acontecerá caso a recorrida seja vencedora desta licitação. Corroborando a elucidar sobre o tema trazido da recorrente, a empresa MW que teve o contrato rescindido com o IFSul Venâncio Aires teve o impedimento de licitar com os órgãos a nível estadual por descumprimento de regras junto ao contrato do TJ-RS o qual a ARSENAL assumiu o mesmo contrato remanescente e assinado em 05/10/2020 sob nº 140/2020 (...).

4) Do direito:

Consoante determina o Princípio da proposta mais vantajosa para Administração Pública, previsto na Lei de licitações e aplicado subsidiariamente à modalidade Pregão, a finalidade maior da licitação que é a busca proposta mais vantajosa, neste caso, a de menor preço.
(...)

Neste sentido, é indiscutível que a empresa recorrida possui o melhor preço, atendendo o exposto na legislação e o melhor interesse da Administração. Contraditória é a alegação da recorrente sobre o princípio da vinculação ao Edital, uma vez que cumpridos todos os requisitos ali previstos pela empresa Arsenal.

Podemos destacar ainda o art. 59 da Lei nº 5194/66 que regula o exercício das profissões de engenheiro:

“Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro.

Logo, atendidos os requisitos previstos na lei pela empresa vencedora do certame. Ademais, não se poder olvidar que formalismos exacerbados, como pretende fazer valer a recorrente, prejudicam o regular trâmite do procedimento e acabam por lesar a Administração Pública.

(...)

Ante o exposto, considerando que a recorrente não apresentou nenhum argumento capaz de modificar a acertada decisão do pregoeiro, requer que seja indeferido o recurso administrativo e ratificada a decisão tomada pelo pregoeiro.

IV. DA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS

Inicialmente cabe a este pregoeiro analisar a admissibilidade do recurso e contrarrazão aqui apresentados. Entendo que assim, ambas empresas apresentaram seus argumentos de forma tempestiva dentro do prazo estabelecido em Edital.

A empresa **VIGITEC – Segurança Ltda**, encaminhou seu recurso em tempo hábil, via sistema “comprasnet”, merecendo ter seu mérito analisado.

No que diz respeito aos requisitos de legalidade das cláusulas dispostas em Edital, conforme mencionado por ambas recorrida e recorrente, cabe a este pregoeiro salientar que a minuta deste edital foi previamente analisada por consultoria jurídica de nossa instituição.

Quanto aos pontos levantados pela recorrente:

1) Da não apresentação da declaração do item 5.11 – Conforme mencionado pela própria recorrida, a licitante ao cadastrar proposta pelo sistema comprasnet para participação no certame já admite pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, condições que serão comprovadas com os requisitos de habilitação solicitados a todos os participantes. Improcede a alegação.

2) Da qualificação técnica dos atestados apresentados – Quanto ao item 9.11 A recorrente alega que a empresa ARSENAL não o atende com os atestados de capacidade técnica apresentados tanto em característica, quantidade e prazo solicitados em Edital.

Entende este pregoeiro que os atestados apresentados comprovam a prestação dos serviços que são objeto desse certame. Os atestados demonstram prazo superior aos 3 (três) anos de prestação de serviços conforme solicitados em edital. Exigir que a licitante comprove com atestados a execução de serviço exatamente igual em prazo, quantidades e características

técnicas inviabiliza a competitividade do certame, ferindo princípios da administração pública. Entendo este apontamento como improcedente para alvo de recurso.

Quanto ao item 9.11.1.4 – A soma dos atestados de capacidade técnica apresentados superam a solicitação mínima de 3 anos prevista. Não existe exigência estabelecida em edital de que o responsável técnico da época em que tais contratos firmados pela empresa seja o mesmo do momento atual. Inclusive o item 9.12.3.2 do Edital prevê a substituição do profissional por parte da empresa vencedora, desde que seja comprovada a qualificação do mesmo com experiência equivalente ou superior e aceito pela Administração. Considero improcedente a alegação da recorrente.

A VIGITEC também contesta habilitação quanto ao item 9.12.3 e 9.12.4 na qual indica que a Certidão de Acervo Técnico (CAT) apresentada não possui registro de atestado de acordo com os documentos apresentados pela licitante vencedora. Este pregoeiro, assim como nossa área técnica, entende que tal alegação possui fundamento, em razão da CAT apresentada pela ARSENAL constar como “CAT sem registro de atestado”, bem como consta no documento, à página 48, “Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1993”, ao passo que tais fatos são óbice ao disposto em Edital, conforme determina o item 9.12.2, 9.12.3 e 9.12.4. Sendo assim, considero procedente tal apontamento.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Considerando o posicionamento de ambas licitantes (recorrente e recorrida), assim como de nossa área técnica, entendo como parcialmente procedente as alegações da recorrida, pois os apontamentos quanto a validade da Certidão de Acervo Técnico possuem fundamento.

VI. CONCLUSÃO

Dado o exposto, este pregoeiro informa que será considerada **parcialmente procedente** as alegações levantadas pela licitante VIGITEC – Segurança Ltda e assim, garantindo dentro do direito os princípios da isonomia e da escolha da proposta mais vantajosa, será reaberto o pregão para retorno à fase de habilitação, na qual será realizada diligência para averiguação da validade dos atestados apresentados pela licitante vencedora.

Pelotas, 13 de dezembro de 2021

Renan Conceição Goulart
Pregoeiro
Coordenadoria de Licitações
Instituto Federal Sul-rio-grandense